

DANIEL TOROK/WHITE HOUSE/FOTOS PÚBLICAS



Até onde Trump está disposto a interferir na política brasileira?

O que quer agora o “Brother Sam”, Donald Trump?

No dia 31 de março de 1964, o porta-aviões USS Forrestal partiu de Virgínia com direção à costa brasileira. Junto com ele, um porta-helicópteros, seis dostróieres e quatro petroleiros da Segunda Frota Naval dos Estados Unidos. Eles estavam dispostos a uma intervenção militar de fato no Brasil para sustentar o golpe militar que destituiu o então presidente João Goulart e mergulhou o país em 21 anos de ditadura. A intervenção não foi necessária. Jango não ofereceu maior resistência ao golpe. Os navios norte-americanos voltaram para o seu país no dia 2 de abril daquele ano. A Operação Brother Sam, como depois ficou conhecida, é o ponto mais agudo de até onde pode ir o grau de interferência dos EUA nos assuntos políticos internos do Brasil. “Achávamos que não correríamos mais um risco desses”, observa o cientista político André Cesar. “Mas talvez ainda corramos”.

Brasil tornou-se um “global player”

A escalada dos incidentes diplomáticos, com tarifaço, vistos para embaixadores negados, ameaças de observadores para contestar o sistema eleitoral brasileiro, vêm deixando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva preocupado. Não por acaso, boa parte do seu discurso na convenção do PT foi dedicado à questão da defesa e da soberania. “Querendo-se ou não, o Brasil hoje se tornou um ‘global player’”, avalia André Cesar. “Com um papel fundamental para ampliar ou estancar a onda de direita no mundo”.

USNAVY ARCHIVES



O USS Forrestal foi deslocado para a costa brasileira em 1964

Sintonia fina entre resposta e provocação

É possível que todo esse risco de pressão sobre o Brasil obrigue a uma mudança na tradicional forma de comportamento diplomático do país. É uma avaliação que fazem tanto André Cesar quanto também o cientista político Ricardo de João Braga. “É possível que o Brasil tenha que escalar sua retórica na política externa sempre mais marcada por certa neutralidade”, considera João Braga. “Mas com uma diferença entre discurso e prática”, pondera. “Não faz sentido a ninguém nos abandonar, como também nós abandonarmos ninguém”.

Nenhuma lição a dar

O que mais espanta Ricardo de João Braga é que os Estados Unidos nada têm a ensinar ao Brasil em termos de segurança eleitoral. Criada em 1932, a Justiça Eleitoral brasileira tem 94 anos. Os EUA não têm algo parecido. “Por conta talvez de uma história violenta no passado, o Brasil resolveu seus problemas e tem hoje um sistema eleitoral hígido, saudável. Enquanto o sistema americano é uma bagunça”.

Menos papel

Por tradição, os EUA têm menos papel, leis escritas, e mais uma estabilidade construída por acordos. Quando tem agora pela frente um presidente com muito menor disposição de cumprir acordos, o sistema americano sente-se ameaçado. “Talvez agora eles tenham que fazer o que o Brasil começou a fazer há quase cem anos”, considera João Braga.

Gerrymandering

Em resumo, o “gerrymandering”, que remete a uma manobra feita em 1812 pelo então governador de Massachussets, Albert Gerry, consiste em mudar o tamanho dos distritos de votação para obter vantagem no número de representantes eleitos, uma vez que a eleição presidencial norte-americana é indireta.

Distritos

Também pode incluir mudanças em quem se aceita o registro de eleitor, negando o registro a estrangeiros, imigrantes ou outros grupos. Enfim, um país onde esse tipo de manipulação eleitoral é tão comum que tem até nome de batismo não teria mesmo muito a ensinar a outras nações. O risco: o projeto não ser exatamente democrático.

Onda

O termo, inclusive, vem sendo usado pela direita para definir vitórias conservadoras que aconteceram na Argentina, no Peru, na Colômbia, no Chile, no Equador e no Paraguai: a “Onda Azul”. Ampliar esse processo interessa não apenas a Trump. É hoje claro que esses grupos de direita no mundo articulam-se e agem em conjunto.

Como agir?

Não por acaso, o presidente da Argentina, Javier Milei, esteve na convenção do PL. “São situações que exigem do Brasil afirmação”, considera André Cesar. “O Brasil tem que mostrar que é maior e mais importante que a Argentina”, avalia. Nesse sentido, teria sido para ele um acerto Lula ter ignorado Milei com a frase: “Quem é esse cara?”

Falastrões

Quanto aos EUA, pela sua importância mundial, o jogo é mais complicado. “Lula tem que fazer o que agora sugere: conversar”, continua André Cesar. Ricardo de João Braga, porém, completa: “Vivemos uma era de falastrões”. Para ele, há muito mais de retórica do que de mudança prática mesmo. “Não é por acaso que muitas vezes Trump recua”.

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL



Para Dino, um “estado de inconstitucionalidade”

Orçamento: Dino aperta mais investigação sobre emendas

Relatório aponta irregularidades que somam R\$ 55 milhões

Por **Gabriela Gallo**

Em mais um episódio sobre irregularidades nas emendas parlamentares, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino determinou que a Polícia Federal (PF) investigue supostos desvio de R\$ 55,4 milhões em emendas Pix.

A decisão foi comunicada na sexta-feira (7) após a análise de um relatório técnico do Tribunal de Contas da União (TCU), emitido para o Supremo em 31 de julho, que apontou prejuízos aos cofres públicos nesse valor.

Na decisão, o magistrado determinou que a PF priorize casos em que o TCU já apontou dano direto ao erário, ou seja, a perda ou o desvio de dinheiro e bens públicos.

Na auditoria do TCU, foram analisados 100 repasses na modalidade de emendas Pix para 74 entes federados de 2020 a 2024, que registrou um montante de R\$ 198,1 milhões do Orçamento Federal destinado para diferentes municípios.

Desse total, foram registrados R\$ 55,4 milhões de erário aos cofres públicos, divididos nas categorias: comprometimento da transparência e rastreabilidade dos recursos; irregularidades na execução

financeira das transferências especiais; irregularidades e/ou impropriedades no procedimento, licitatório; e irregularidades na execução física e contratual.

DE HUGO A GASPAR

Dentre os parlamentares na mira por esses recursos estão o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), o senador Rogério Carvalho (PT-SE), o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) e o pré-candidato à vice-presidência da República na chapa de Flávio Bolsonaro (PL-RJ), o deputado federal Alfredo Gaspar (PL-AL).

Após atrito entre o ministro Flávio Dino e parlamentares devido às emendas Pix, representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário se reuniram e definiram regras claras para evitar desvios de emendas parlamentares via transferência direta.

Contudo, na avaliação de Flávio Dino, os dados apontados pelo TCU “demonstram a persistência de um estado de inconstitucionalidade, o qual justifica a necessidade de adoção de novas medidas para a conformação da execução aos parâmetros constitucionais de transparência e rastreabilidade”.